

A INFLUÊNCIA DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NA TOMADA DE DECISÕES

Pamela Cristina Pereira Perussi

Graduanda em Ciências Contábeis,
Faculdades Integradas de Três Lagoas - FITL/AEMS

Renan Melen Golfeto

Graduando em Ciências Contábeis,
Faculdades Integradas de Três Lagoas - FITL/AEMS

Vanderson Luis dos Santos Aguiar

Graduando em Ciências Contábeis,
Faculdades Integradas de Três Lagoas - FITL/AEMS

Vanessa Cristina Franchin

Especialista em Contabilidade – Faculdades Integradas de Jacarepaguá;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

O presente estudo aborda a importância do conhecimento do gestor sobre as demonstrações contábeis que evidenciam a situação patrimonial e financeira da entidade e a relação que deve existir entre o gestor e o contador de modo a permitir que as decisões a serem tomadas sejam baseadas em conhecimento da entidade e no entorno em que ela está inserida, de modo a permitir uma perspectiva ampla sobre os números e juntos, promoverem a continuidade da organização. A pesquisa está embasada em bibliografias, livros, artigos e sites que conceituam o tema.

Palavras-chave: contabilidade; empresário; profissional contábil; tomada de decisões.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma aliada à tomada de decisão por tratar-se de uma área que interage com toda a empresa de modo a permitir aos usuários interessados obter dados reais da situação econômica e financeira da entidade.

Segundo Marion (2009, p.5), “A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.”

O desenvolvimento deste estudo foi direcionado a expor a importância do conhecimento do gestor sobre os demonstrativos contábeis fornecidos pelo profissional contador e a relação de comunicação que deve existir entre os mesmos, antes da tomada de decisões que, de certa forma, afetam a continuidade da

organização. Assaf Neto (2008, p. 65) descreve com precisão, como esta interação com os números afetam entidade:

“Somente pelo entendimento da estrutura contábil das demonstrações é que se pode desenvolver avaliações mais acuradas das empresas. Mais especificamente, todo processo de análise requer conhecimentos sólidos da forma de contabilização e apuração das demonstrações contábeis, sem os quais ficam seriamente limitadas as conclusões extraídas sobre o desempenho da empresa.”

A fim de visualizarmos este cenário, a pesquisa apresenta como metodologia a revisão bibliográfica além de leis, sites e periódicos especializados, no intuito de atingir o objetivo proposto.

Esta pesquisa encontra-se estruturada em cinco seções, além da introdução. Na segunda seção são apresentados os conceitos de contabilidade, empresa, gestor e contador; na terceira, os demonstrativos contábeis, tais como balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício; na quarta, é apresentada a análise das demonstrações financeiras como instrumento de gestão; e, por fim, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais.

2 CONTABILIDADE

Segundo Marion (2009, p.25), “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.”

Desta forma, entende-se que a contabilidade é uma ciência social essencial para as organizações, uma vez que, utiliza-se de métodos de escrituração que devem ser conhecidos e respeitados por todos os seus executores e que, geram informações necessárias que vão desde a contratação de um funcionário, à sua fusão, cisão, incorporação junto às novas organizações, assim como apresenta o desempenho da entidade, promovendo suporte para o planejamento empresarial.

3 EMPRESA

Crepaldi (2010) define a empresa como sendo uma associação de pessoas para a exploração de um negócio que produz e/ou oferece bens e serviços, com vistas, em geral, à obtenção de lucros.

Há uma exceção à regra quando nos referimos às cooperativas, entidades beneficentes e outras associações onde não há fins lucrativos, todos os recursos são investidos em prol da atividade que, muitas vezes são voltadas para o assistencialismo social.

Um dos requisitos necessários para ser denominado empresa, foi comentado por Franco (1991), como sendo toda entidade constituída sob qualquer forma jurídica para exploração de uma atividade econômica, seja mercantil, industrial, agrícola ou de prestação de serviços.

Basicamente, a entidade com ou sem fins lucrativos precisará ser constituída nas formas legais estabelecidas pelos órgãos de registro comercial ou cartorário, mesmo porque, realizam atividades sujeitas à entrada e saída de recursos, sejam através de subsídios governamentais, doações, como também a prática industrial, comercial ou/e de serviços, e, submetidas às obrigações acessórias que os órgãos fiscalizadores impõem, assim como a escrituração contábil e fiscal, para que possam continuar em atividade, seja, com o objetivo do lucro ou para manter o equilíbrio financeiro.

4 GESTOR

Segundo o conceito desenvolvido por Henri Fayol, o gestor é definido como a pessoa a quem compete à interpretação dos objetivos propostos pela organização e atuar, através do planejamento, da organização, da liderança ou direção e do controle, de modo a atingir os referidos objetivos.

O conceito nos possibilita traçar o perfil do gestor como sendo a pessoa física, proprietário ou contratado pela empresa, que, desprenderá de todo o seu potencial de liderança, conhecimento e estratégia de modo a conduzir as operações, voltado para os objetivos definidos pela entidade.

5 CONTADOR

O contador é o profissional capacitado, regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, contratado pelas organizações na função de responsável técnico na área da contabilidade.

Marion (2009) aborda o papel do contador dentro da organização como sendo diretamente relacionado à geração de informações com a função básica de

produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisão. É neste contexto que, a produção de informações retoma a um conhecimento amplo sobre a entidade e a lei que a rege, ou seja, entender da legislação fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária são tarefas indispensáveis para o responsável técnico da pessoa jurídica.

No entendimento de Branco (2003), o contabilista deve possuir um perfil e uma formação humanística, uma visão global que o habilita a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido, tomando decisões em um mundo diversificado e interdependente. Deve ter uma formação técnica e científica para desenvolver atividades específicas da prática profissional, com capacidade de externar valores de responsabilidade social, justiça e ética. Deve ter competência para compreender ações, analisando, criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações, compreensão da necessidade contínua de aperfeiçoamento profissional, desenvolvimento da autoconfiança e capacidade de transformar.

As informações que o contador detém somente farão a diferença se, forem compartilhadas com a gestão. Desta forma, relatórios periódicos abordando o entorno da entidade, apresentados em reuniões, são fundamentais para as organizações. “Um relacionamento sério e transparente, com os investidores, credores, analistas e demais interessados em conhecer a empresa, é parte do contexto que transcende a esfera contábil e fiscal e atinge uma dimensão ética.” (SILVA, 1999, p. 71). A maioria dos empresários desconhece o poder de orientação que pode receber dos profissionais competentes e estes, também, nem sempre tomam a iniciativa de mostrar isso, talvez por estarem cientes dessa limitação que parece imposta por uma estrutura fiscal complexa e por exigências burocráticas desconexas (KASSAI, 1997).

6 OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis ou Financeiras são relatórios gerados a partir dos registros de fatos tempestivos ocorridos na organização originados de documentos permitidos em lei, que compõem a arquitetura contábil da entidade.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição

financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas. (Estrutura Conceitual CPC 00, 2010).

As demonstrações contábeis são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa perante aos acionistas, o governo e a comunidade em geral. (Lei nº 6.404-76).

De acordo com o art. 1.179 do Código Civil, é obrigatório que o empresário e sociedade empresária levantem, anualmente, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, este último também é conhecido com Demonstração do resultado do exercício. Ludicibus e Marion (2008, p. 127) ressaltaram que “todas as demonstrações financeiras são suscetíveis de análise, mas a ênfase maior é dada ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado do exercício, por se tratarem de evidências objetivas da situação financeira da empresa”.

Sendo assim, dentre os demonstrativos contábeis estabelecidas pela lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, conceituaremos apenas o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.

6.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações e é demonstrado da seguinte forma: No ativo, os bens e direitos que possam ser mensuráveis monetariamente, e que possam representar benefícios presentes ou futuros. No passivo, as obrigações que serão exigidas por terceiros, complementadas pelos recursos investidos pelos donos deste patrimônio, ou acumulados pelo processo de gestão deste patrimônio, sendo estes recursos denominados de Patrimônio Líquido (MARION, 2005).

Desde 2010, o balanço patrimonial passou por alterações para atender aos novos dispositivos contidos nas leis nº 11638/07 e nº11941/09, para adaptação às práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. A estrutura atual contempla os grupos de ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido (PADOVAZE, 2012).

O balanço patrimonial deve apresentar, respeitada a legislação, as seguintes contas, caixa e equivalentes de caixa; clientes e outros recebíveis; estoques; ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas “a”, “b” e “g”); total de ativos

classificados como disponíveis para venda (pronunciamento técnico CPC 38 – instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração) e ativos à disposição para venda de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 – ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; (f) ativos biológicos dentro do alcance do pronunciamento técnico CPC 29; investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial; propriedades para investimento; imobilizado; intangível; contas a pagar comerciais e outras; provisões; obrigações financeiras (exceto as referidas nas alíneas “k” e “l”); obrigações e ativos relativos à tributação corrente, conforme definido no pronunciamento técnico CPC 32 – tributos sobre o lucro; impostos diferidos ativos e passivos, como definido no pronunciamento técnico CPC 32; obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31; participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade (Comitê de Pronunciamentos Contábeis 26, 54)

Para que o balanço patrimonial cumpra o seu papel na geração de informações adequadas, deve haver um controle na entidade e Attie (1998, p.110) define-o com precisão, como sendo “o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela organização”.

6.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do resultado do exercício é extremamente relevante para avaliar o desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo (MARION, 2010). Seu relatório visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultado de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos (ASSAF NETO, 2006, p. 84). A estrutura mínima atual é descrita pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - 26 obedecidas também às determinações legais: (a) receitas; (aa)

ganhos e perdas decorrentes de baixa de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; custos de financiamento; (b) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial; (c) tributos sobre o lucro; (d) (eliminada); em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data da emissão deste Pronunciamento, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas: (i) custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos; (ii) lucro bruto; (iii) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais; (iv) resultado antes das receitas e despesas financeiras; (v) resultado antes dos tributos sobre o lucro; (vi) resultado líquido do período.

Na opinião de Matarazzo (2008, p. 39), “há uma infinidade de contas decorrentes de inúmeras operações realizadas por empresas das mais diferentes atividades. Mesmo o exame das operações de uma simples empresa comercial revela enorme profusão de contas, e sem uma noção do que estas representam, a interpretação das demonstrações financeiras fica prejudicada. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas”.

7 A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Analisar as demonstrações financeiras da entidade é uma tarefa que acrescenta muitas informações relevantes para os usuários internos e externos à respeito da situação econômica e financeira da empresa, como também, auxilia na previsão de futuros resultados.

Padoveze (2010) esclarece que, para a realização deste, o analista utiliza de cálculos matemáticos, que traduzem os demonstrativos contábeis em indicadores e ressalta que o mais importante não é saber calcular ou interpretá-los, mas possuir um conhecimento profundo das peças contábeis a serem analisadas.

Algumas das ferramentas utilizadas para analisar as demonstrações são ressaltadas pelo mesmo autor denominadas, análise horizontal, análise vertical e os indicadores econômico-financeiros:

“A análise horizontal como o instrumental que calcula a variação percentual, ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou não no item avaliado. A análise vertical é a análise da estrutura da demonstração

de resultados e do balanço patrimonial e busca demonstrar as participações dos elementos patrimoniais e de resultados dentro do total” (PADOVEZE, 2010, p. 200).

“Os indicadores econômico-financeiros: são os elementos que representam o conceito de análise de balanço, e basicamente, cálculos matemáticos efetuados a partir de dados do BP e da DRE, a fim de esclarecer o entendimento da situação patrimonial, financeira e rentável da empresa. Os indicadores econômico-financeiros objetivam detectar situações, verificar tendências e dar subsídios para que a gestão da organização enfatize os esforços corretivos nas direções necessárias” (PADOVEZE, 2010, p. 206)

É neste contexto que a análise dos demonstrativos financeiros da entidade caracteriza uma ferramenta indispensável aos gestores na condução de suas políticas e ações. Organizar as informações sobre as operações econômicas e financeiras da entidade possibilitam ao gestor a visibilidade sobre seus números, lucratividade, capacidade de recebimentos e pagamento entre outros, auxiliando-os a realizar novos investimentos, é evidente que, para que isso aconteça, a estruturação deverá estar adequada e a relação entre contador e gestor deverá ser real, saudável e produtiva.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investidores, sócios, acionistas, proprietários, diretores entre outros interessados, almejam por resultados positivos nas organizações, no entanto, em decorrência da alta competitividade, novas tecnologias, tendências e abertura de mercados são exigidas dos gestores o conhecimento de seus números, em tempo real, assim como, a capacidade de interpretar os dados, de modo a estabelecerem estratégias de mercado voltadas para a manutenção de suas operações e o equilíbrio em suas contas.

Neste sentido, os saldos das contas apresentados nos demonstrativos contábeis e financeiros são originados da escrituração contábil que utiliza como suporte, as documentações permitidas em lei, tais como: contratos e notas fiscais e, conforme a Legislação que rege a atividade econômica, os dados são classificados e mensurados, gerando assim, informações fidedignas.

Considerando que a empresa possua um controle e o mesmo é acompanhado de forma que garanta que toda movimentação da entidade esteja corretamente identificada, mensurada e registrada, conseqüentemente, os usuários

interessados terão em mãos dados importantíssimos a respeito da saúde financeira da entidade em determinado período, e, com a aplicação adequada das ferramentas de análises, poderão avaliar os pontos fortes e fracos da organização, assim como, poderão prever resultados para o futuro.

REFERÊNCIAS

_____. Contabilidade empresarial. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009 b.

_____. Contabilidade gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010

ATTIE, Willian. Auditoria: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ASSAF NETO, Alexandre Assaf. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRANCO, José Corsino Raposo Castelo. O profissional contábil na era do conhecimento. Disponível em: <http://www.aespi.br>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 16 set 2016.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2010). Disponível em : <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>
Acesso em 20/08/2016

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos. 5ª ed. - São Paulo, Editora Atlas - 2010

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KASSAI, Silvia. As empresas de pequeno porte e a contabilidade. Caderno de Estudos FIEPECAFI, São Paulo: FIEPECAFI, v. 9, n. 15, p.60-74, jan./jun 1997.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009 a

MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Contabilidade gerencial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, José Pereira. Análise financeira das empresas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.